**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ATA Nº04/2016**

**----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -** Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz. Esta sessão foi convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezanove de Setembro de dois mil e dezasseis, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; ----------

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; ----------

Ponto três - Instalação Suinícola da Agropecuária Valinho, S.A. – Herdade do Colmeiro (Vila Nova da Barquinha) / Licenciamento Ambiental – Consulta Pública, para conhecimento; ----------

Ponto quatro - Candidatura no âmbito do concurso para apresentação dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) – Aviso nºCentro-16-

2016-01, para conhecimento;----------
Ponto cinco - Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros do Município na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
Ponto seis - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -
Ponto sete - Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados (artigo 112º, nº8 do Código do IMI) devolutos e em ruínas (artigo 112º, nº3 do Código do IMI); ----------
Ponto oito - Proposta de redução de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para as famílias numerosas, de acordo com a nova redação do artigo 112º, nº13, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; ----
Ponto nove - Fixação da Participação no IRS para o ano de 2017; --------
Ponto dez - Fixação da Derrama para o ano de 2017. ----------
Estiveram presentes os deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -
Rui Monteiro Picciochi; ----------
João Manuel Alves Gralha; ----------
Manuel da Costa; ----------
José Maria Chambel Esteves; ----------
Manuel Maria Pequito Cardoso; ----------
César Augusto da Silva Barros Cardigos; ----------
Inocêncio Rodrigues Cruz; ----------
José Pereira de Sousa; ----------
Vitorino Gomes Monteiro; ----------
João Fernando Mexia Machado; ----------
Manuel Maria Ferreira Honório; ----------
José Miguel Baptista Homem; ----------
Benjamim dos Santos Abalada Reis; ----------
Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; ----------
Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; ----------

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; ----------
João Filipe Ricardo; ----------
Paula Alexandra Vieira Duarte; ----------
Manuel de Oliveira. ----------

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, o Senhor Vice Presidente, Rui Constantino Martins, Ricardo Honório e os Senhores Vereadores Rosa Maria Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. ----------

**Nesta altura foi instalado o Senhor Deputado Municipal Manuel da Costa substituindo o Senhor Deputado Municipal Paulo Fernando da Graça Constantino, que solicitou a sua substituição por motivos pessoais, a esta sessão da Assembleia Municipal e por ser o sucedâneo na lista do PS. -------**

---------- ***EXPEDIENTE*** ---------- **(Vide anexo 1)**

**Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia salientou o seguinte expediente: ----------**

- Ofício enviado pelo Revisor Oficial de Contas, Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda com a informação da situação económica e financeira semestral, referentes ao 1º semestre de 2016; ---
- Mail do Senhor Deputado Paulo Constantino a solicitar substituição à sessão da Assembleia Municipal; ----------
- Mail da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), com a informação do ponto de situação do serviço de transporte referente ao mês de Julho; ----------

----- ***APROVAÇÃO DA ACTA*** ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal,** submeteu à apreciação a ata número três, da reunião realizada a vinte e quatro de Junho de dois mil e dezasseis, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros

deste órgão deliberativo. ----------

**Foi submetida à votação o projeto de ata, foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU e João Gralha, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, José Chambel, César Barros, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS.** ----------

---------- ***MOÇÕES, INTERVENÇÕES*** ----------

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** leu uma intervenção sobre "Os intocáveis." **(Vide anexo 2)** ----------

***= PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA*** ----------

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções: ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** ----------

**- Problemas no Centro de Saúde -** "Há reclamações dos utentes em relação ao serviço de saúde, no centro de saúde de Vila Nova da Barquinha, pois o ar condicionado encontra-se avariado. Gostaria de saber se a Câmara já tem conhecimento e se compete à Câmara Municipal, a resolução deste problema. ----------

**- Caminho Moita do Norte / Atalaia -** Em relação ao caminho que liga a rua D. Afonso Henriques à rua Luís de Camões, é uma rua que se encontra muito maltratada e que já foi aqui falado diversas vezes. Há pouco tempo colocaram uns remendos de alcatrão que deve ter sobrado de outro lado, mas o que é certo, é que não resolveu o seu mau estado de conservação. É uma estrada onde passa lá muita gente e que merecia uma resolução." ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos.** ----------

**- Feriado 5 de Outubro -** "No próximo dia cinco de Outubro vamos poder

celebrar um feriado que nos foi retirado desde dois mil e treze. Só queria manifestar esta alegria, pois vamos poder celebrar novamente a República, que alguns portugueses em mil novecentos e dez tiveram coragem de a implementar.” ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes. ----------**

**- Intervenção da CDU -** “Em relação à intervenção da CDU, parte dessas coisas estão corretas, temos que moralizar o sistema e serem os Partidos Políticos os primeiros a pagar IMI, para que não haja diferenças. ---------

**- Saúde no concelho -** Queria também lembrar que acerca de um ano, nós falamos da saúde no concelho e aparentemente parece que mudou e passado mais um ano, pelo que consta por parte das populações, ainda estamos pior. Eu não sei se os colegas da Assembleia têm conhecimento, mas tem havido grandes problemas com médicos no concelho. Passou pelas minhas mãos um abaixo-assinado, que desconhecia a gravidade do que se passava. Gostava de saber se a Câmara está ao corrente do que se passa, e porque é que estamos piores em relação ao sistema de saúde.” Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia** que mostrou a sua admiração perante os fatos e referiu o seguinte: ----------

“Desculpem mas agora fiquei admirado, pois ontem estive a falar com o Dr. Branco sobre esse assunto, e foi-me informado que o quadro de médicos estava completo.” ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. ----------**

**- Colónia Balnear –** “Gostava de saber qual o ponto de situação da colónia balnear da Nazaré, assunto que foi tratado a dois ou três anos na Assembleia da República. ----------

**- ADIRN –** Eu li à uns dias uma entrevista do Dr. Jorge Rodrigues, da ADIRN em que informava da dívida. Referiu que a dívida está controlada, mas que alguns Municípios devem as comparticipações a esta associação. Gostava de saber qual o ponto de situação no Município de Vila Nova da Barquinha. Pelos documentos apresentados a Câmara já

pagou cinco mil euros, mas o mencionado na entrevista solicitaram mais dois mil e quinhentos euros. A Câmara também vai pagar mais esta quantia? A ADIRN é sempre algo de interessante e já tivemos alguns apoios dados por esta associação, neste momento não sei se temos algum apoio efetivos. ----------

**- ARU'S –** "No ano passado tivemos uma discussão por causa dos relatórios que eram obrigatórios serem entregues anualmente, gostava de saber se essa obrigatoriedade acabou." ----------

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das questões colocadas pelos Senhores Deputados. – Problemas no Centro de Saúde –** "Em relação a este assunto, queria aqui fazer uma dicotomia entre as competências da Administração Central e a Câmara Municipal. Eu sei que muitas vezes, e a CDU também é apologista disso, "a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" ou seja, a Câmara fez uma aquisição de um veículo e prepara-se para adquirir outro no âmbito dos fundos comunitários, uma vez que a Administração Central não se pode candidatar. Estranho que agora também tenha de intervir nos ares condicionados. Isso é matéria da Administração central e é a esta que cabe gerir os seus recursos materiais com parcimônia tal e qual como a Câmara procura fazer. ----------

**- Caminho Moita do Norte / Atalaia –** O Caminho usado mas há dúvidas quanto ao seu domínio, se público ou privado, o que houve foi uma colocação de alcatrão utilizando algum material inerte que foi extraído da rua Luís de Camões e foi lá colocado**.** Este assunto já veio a esta Assembleia, já respondi a esta questão, no início do mandato. ----------

**- Saúde no concelho –** Do que tenho conhecimento foi colocado um médico, mas continuo dizendo que a gestão pertence à Administração Central. Sei também que a Drª Vitória estava com baixa médica e que brevemente irá apresentar-se ao serviço, o que significa que os quadros médicos estão completos. ----------

**- Colónia Balnear da Nazaré –** A Assembleia Municipal deliberou não fazer parte da associação criada para gestão da colónia, daí não ter nenhuma informação." ----------

**- ADIRN –** A Câmara Municipal pagou a quota de cinco mil euros. Digo-vos que fomos o segundo concelho, no âmbito da ADIRN que tivemos mais projetos relativamente aos fundos comunitários, na medida três do PRODER. Neste momento abriram-se mais candidaturas e já há vários munícipes que me contactaram, o que é muito relevante para o desenvolvimento local. Em relação à quota pelo que tenho conhecimento vai à Assembleia da ADIRN aumentar a quantia de dois mil e quinhentos euros. A quota da Câmara passa a ser de sete mil e quinhentos euros por ano. ----------

**- ARU'S –** Quanto a esta questão no final do ano ainda virá este assunto à assembleia para analise." ----------

**Foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados. ----------**

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. ----------**

**- Colónia Balnear da Nazaré -** "Ainda sobre a colónia balnear da Nazaré, houve uma proposta do Partido Socialista, apresentada pelo Senhor Deputado César Cardigos, no sentido de não aderir neste momento, mas tendo em consideração os interesses da Câmara, nomeadamente a dívida que a Câmara têm, esta situação seria revista mais tarde poderíamos até entrar, se considerássemos isso importante. Espero que não esteja a dizer nada de errado, mas julgo que foi o deliberado. É neste sentido que gostaria de saber qual o ponto da situação da dívida da Câmara com a Assembleia Distrital." ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. ----------**

**- Problemas no Centro de Saúde -** "Em relação à Unidade de Saúde de Vila Nova da Barquinha é absolutamente o contrário do que o Senhor Presidente disse. Se a Câmara entreviu e comparticipou na compra da viatura era muito mais barato reparar o ar condicionado. Compreendo

que não se deve ser a Câmara a reparar o ar condicionado, mas é verdade que a Câmara já auxiliou em situações mais caras, mais complexas." --- **Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das questões colocadas pelos Senhores Deputados. –**

**- Problemas no Centro de Saúde -** "Eu percebo Senhor Deputado, só que ainda ontem a GNR, também me pediu auxílio. Os recursos são escassos e devem ser gastos com parcimónia. ----------

**- Colónia Balnear da Nazaré** - Em relação à Colónia Balnear de fato passou-se como o Senhor Deputado Eduardo referiu. Foi deliberado não aderir à Associação até haver um estudo sobre a viabilidade económica da Colónia Balnear da Nazaré. Tenho conhecimento, apesar de não aderimos e não sermos parte interessada, esta associação não desenvolveu nenhum estudo. Em relação à divida, em tempos enviei uma carta registada, considerando que havia quotas em dívida por parte do Município de Vila Nova da Barquinha mas que também havia receita. Havendo património teria de haver um acerto de contas, acerto esse que nunca foi feito e que aguardamos." ----------

***ATENDIMENTO AO PÚBLICO*** **----------**

**Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo inscrições passou-se para a Ordem de Trabalhos. ----------**

**----------///----------**

***Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do nº2, do art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro.*** **---------- (vide anexo 3) ---**

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem: ----------**

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. ----------**

**- Estrada da Roda -** "Tantas vezes este assunto foi aqui tratado, que

agora fiquei admirado. Há dois anos elogiei a Junta de Freguesia sem saber se era a da Praia do Ribatejo ou de Tancos, pelo trabalho efetuado na estrada da Roda, que a meu ver, era o mínimo que podiam fazer, tapar os buracos. Há dias voltei lá a passar e verifiquei que os buracos já estavam outra vez a aparecer em grande número e profundos o que quase não permitem a passagem dos veículos. No entanto, há quinze dias notei que os mesmos estavam outra vez a ser tapados. Tudo isto para dizer que é uma estrada que ao logo dos anos tem sido aqui falada e agora fiquei admirado quando na informação escrita está mencionado que um dos projetos é a Elaboração do projeto de execução / reparação da Estrada da Roda." ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado Miguel Homem – Presidente da Junta de Freguesia de Tancos. ----------**

**- Estrada da Roda -** "Respondendo ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira, a estrada da Roda começou a ser reparada há três semanas atrás com o alcatrão pago pela Junta de Freguesia de Tancos com a parceria da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo. Falta acabar a parte superior e estamos à espera de mais quatro toneladas de alcatrão. Neste momento foram já depositados, na estrada treze tonelada." ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. ----------**

**- Estrada da Roda -** "Eu não li a intervenção do Senhor Presidente e não sabia deste assunto, mas o ex-presidente Miguel Pombeiro nesta assembleia disse, que enquanto ele tivesse na Câmara esta estrada nunca seria arranjada pelo que sempre pensei que fosse um projeto que não seria executado, daí o questionar muitas vezes porque é que estão na A23 as placas com saída para Tancos o que a empurra as pessoas para uma estrada sem as mínimas condições." ----------

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor Deputado. ----------**

**= Estrada da Roda –** "A estrada é municipal e caberá à Autarquia zelar pela sua boa conservação e manutenção, até sob pena da responsabilidade civil caso haja algum caso mais complexo. Há um projeto que iremos analisar bem. Como sabem o dinheiro é escasso, há critérios de endividamento que tem de ser cumpridos e não sabemos como vem o novo orçamento, temos de criar a oportunidade para que no caso de haver fundos comunitários termos uma janela de oportunidades."

***Ponto três – Instalação Suinícola da Agropecuária Valinho, S.A. – Herdade do Colmeiro (Vila Nova da Barquinha) / Licenciamento Ambiental – Consulta Pública, para conhecimento.*** ----------

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe.** ----------

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara –** "Relativamente a este assunto é para vosso conhecimento da audiência prévia de consulta pública feita à Agropecuária Valinho, pela Agência Portuguesa do Ambiente enquanto entidade dinamizadora e de alerta das populações. A Câmara publicou os respetivos editais e fez publicações na internet colocando o respetivo link para que as pessoas pudessem no âmbito da participação cívica e direito de audição participar nesta questão que tão graves prejuízos causa às populações de Vila Nova da Barquinha. Também entendeu formá-lo através de uma deliberação no dia vinte e sete de Julho de dois mil e dezasseis. A Câmara deliberou por unanimidade responder à consulta pública chamando à atenção para os problemas resultantes dos excessivos incumprimentos das normas ambientais por parte da suinicultura e para o impacto negativo desta exploração nas populações e do qual notificou a respetiva Agência Portuguesa do Ambiente." ----------

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos:** ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes –** "Quero enaltecer a

posição da Câmara em relação a este assunto e como costuma dizer-se "depois de casa roubada, trancas à porta", pois não sei se valerá a pena, se eles perderão a licença, penso que não, ou seja, vai ficar tudo na mesma." ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado César Gomes –** "As minhas palavras vão no sentido de mostrar o regozijo que o grupo político do PS desta assembleia manifesta do apoio da decisão tomada pela Câmara em participar na consulta pública e congratular-se, com aquilo que proferiu."

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo –** "Só queria questionar aos membros da Assembleia se alguém se pronunciou sobre isto enquanto força política ou foi só a Câmara que o fez? No meu caso agradeço ter recebido a documentação, eu confesso que li isto e não me percebi que havia um período com prazos. Nós assumimos aqui que o não fizemos e deveríamos ter feito." ----------

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------**

***Ponto quatro – Candidatura no âmbito do concurso para apresentação dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) – Aviso nºCentro-16-2016-01, para conhecimento.*** **----------**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. ----------**

"Este ponto é referente à proposta de apresentação de candidatura no âmbito do concurso de apresentação de planos de ação de regeneração urbana, PARU'S. Segundo o aviso de abertura tinha de ter enquadramento num plano. Foi pedido à empresa Augusto Mateus esse plano sob pena de não haver financiamento. A candidatura foi aprovada no dia nove de Agosto. Foi negociada e foi com muito gosto que fui com o vice-presidente da Câmara à CCDR a Coimbra. Tive o cuidado de dar aos Senhores Deputados uma cópia do que foi negociado, com base no princípio da transparência, para saberem o que foi aprovado e quais as intervenções para o futuro nesta primeira fase. Na própria informação

que vos facultei, na última folha, estão mencionadas as intervenções previstas para este ano, no âmbito desta candidatura." ----------

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: ----------**

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo –** Este plano tem uns indicadores que nós já conhecemos e vamos aguardar considerando que estamos num país onde a natalidade é baixa, é um país de velhos e sem população e isto irá ajudar a população a dar um salto qualitativo na Barquinha. Espero que possa ser um contributo para algum desenvolvimento e para um novo modelo económico para a Barquinha." ----------

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------**

***Ponto cinco – Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros do Município na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. ----------***

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. ----------**

"No quadro da regulamentação comunitária, regulamento CE nº1307/2007, foi publicada a lei 52/2015, de 9 de Junho, que aprova o regime jurídico de serviços públicos de transporte de passageiros, que segue à descentralização das competências relativas ao sistema de transportes públicos em diversos níveis, estabelecendo as comunidades intermunicipais e aos municípios que possam assumir as funções de autoridade de transporte. A estratégia de intervenção foi aprovada em conselho intermunicipal e prevê a delegação de competências dos Municípios na CIMT, através do contrato interadministrativo. Este assunto é recorrente, houve dúvidas na última assembleia sobre esta temática, digo-vos que já muitos concelhos do país deliberaram sobre isto, nomeadamente no Médio Tejo, Abrantes, Mação, Sertã, Torres Novas

e Vila de Rei. Houve a preocupação através do Presidente da Assembleia Municipal de distribuir os documentos pelos senhores deputados para enquadramento e análise." ----------

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: ----------**

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira –** "Gostaria de saber quais seriam os custos para a Autarquia." ----------

-**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo –** "A documentação é a mesma da Assembleia anterior, podia trazer mais algum dado. Eu sei que o PCP apresentou um projeto sobre isto, só que ainda não foi à Assembleia da Republica para discussão. O que dissemos na última sessão da assembleia repete-se nesta. Trata-se da entrega de uma exploração de serviço público e transporte a outras entidades que certamente vai encarecer o preço dos tarifários, o que irá trazer novas responsabilidades e novas despesas, e não se sabendo muito bem qual vai ser a participação da câmara com este contrato. O que votamos na última sessão será votado nesta, votaremos contra." ----------

**Foi dada novamente a palavra ao senhor presidente da Câmara que esclareceu o seguinte: ----------**

"Alertar os Senhores deputados do aumento significativo do transporte a pedido. Neste momento não há custos, se eles forem honorados terão de ser sempre aprovados em sede de comparticipação da CIMT, mas nestes momentos não há custos." ----------

**No uso da palavra o senhor deputado Nuno Gomes que referiram o seguinte** "Não há custos para o Município mas os utilizadores pagam, ou não? ----------

**O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: ----------**

"O transporte a pedido tem custos sociais e só são possíveis, e essencialmente, devido a ser um projeto com fundos comunitários. Também no transporte a pedido há um co-financiamento dos fundos

comunitários para este tipo de transporte o que permite mobilidade entre as zonas rurais." ----------

**Posta à votação o Contrato Interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros do Município na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, este foi aprovada por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Inocêncio Cruz do PS, 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD e com 12 votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel Costa, José Chambel, Manuel Cardoso, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS**. ----------

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** ----------

----------////----------

**Proposta da CDU – O Senhor Deputado João Filipe Ricardo sugeriu à mesa que os pontos seis, sete, oito, nove e dez sejam discutidos em conjunto sendo a votação individual para cada ponto.** ----------

**Foi aprovado por unanimidade a discussão dos pontos em conjunto.-**

----------////----------

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe.** ----------

"Na fixação das taxas de IMI para cumprimento do artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis importa fixar a respetiva taxa, que como sabem por alteração da Lei do Orçamento reduziu os prédios rústicos 0,3% a 0,45%. Atendendo aos impactos significativos dos rendimentos das famílias do concelho de Vila Nova da Barquinha, apesar do atual situação económica, o Município procurando manter a sua

situação financeira estável, o executivo municipal não poderá ser indiferente as dificuldades sentidas e vividas pelas famílias. Neste caso também importa relevar os critérios de discriminação positiva para os territórios de baixa densidade, quer por via fiscal, quer por via da coesão territorial social. Nestes termos proponho 0,32% para os prédios urbanos. Quanto aos prédios degradados e devolutos haverá uma majoração de 30% para os prédios degradados que constam na respetiva listagem dos prédios devolutos e em ruínas é feita a triplicação do IMI. Quanto ao ponto oito, ao contrário do que vinha do antecedente, foi alterado. Alterou substancialmente, o regime de fixação para famílias numerosas. Se bem se lembram no ano passado veio à Assembleia 10% para um dependente, 15% para dois dependentes e 20% para três ou mais dependentes. Este ano a lei do Orçamento prevê para um dependente vinte euros, dois dependentes quarenta euros e três ou mais dependentes setenta euros. Em relação ao ponto nove, também não há nenhuma novidade, ou seja, tem sido prática deste município dos 5% das receitas do IRS, a Câmara arrecada 4,5% e devolvendo aos Munícipes o que consta no seu boletim de liquidação, 0,5% de IRS e do qual o Município prescinde. Por último a questão da derrama é igual ao ano antecedente, haverá isenção.” ----------

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: ----------**

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes –** “Como isto é igual ao ano anterior a nossa posição também se mantêm. Somos a favor e partidários de que deveria ser adotado 0,3% que era o mínimo e assim ficarmos no mapa dos Municípios com menos IMI, sempre aparecíamos nos jornais e poderíamos captar mais investimento e mais pessoas para o concelho. Em relação à Majoração das taxas pelos mesmos motivos que justificamos na assembleia do ano anterior, manteremos a nossa posição.

**A Senhora Deputada Paula Duarte apresentou uma declaração de**

**voto relativa as estes pontos. (anexo 4) ----------**
**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira –** "Em relação ao ponto seis como já foi mencionado votaremos contra tal como nos anos anteriores. Em relação ao ponto sete além do que já foi dito sobre a votação, tenho algumas dúvidas que gostaria que o senhor Presidente me esclarecesse. Este ponto sete fala dos prédios degradados, devolutos e em ruínas. Depois vinha um anexo e entretanto entregue uma adenda, sinal que isto não é tão simples. Se amanhã uma outra verificação houvesse teríamos uma outra lista. Não está muito correto, apesar de estar na Lei a aplicação destes agravamentos. Pergunto porque é que não são considerados devolutos, os que têm ligações de água e luz. No concelho de Vila Nova da Barquinha existem dezenas, para não dizer centenas de casas que estão para alugar ou para vender. Eu ainda entendia que os prédios devolutos fossem na tentativa na sua maioria para a população que não tinha habitação. Existiam habitações que poderiam ser alugadas, então aí sim, se as pessoas não alugassem eu entendia que fossem majoradas, doutra maneira não consigo perceber esta situação. Em relação ao IMI, o primeiro ponto, sou mais radical, acho que a primeira casa não deveria pagar IMI, todos deveriam estar isentos. Se tivessem outras casas então aí o IMI deveria ter um outro valor. Relativamente ao ponto oito para as famílias numerosas, eu quero parecer e solicitava ao Senhor Presidente esclarecimentos, eu julgo que esta alteração da Lei não foi benéfica para os Municípios, o pagar como era antigamente a redução de 10%, 15% e 20%, de acordo com um, dois, três ou mais filhos parece que estava mais justa do que esta. Agora imaginem, um casal com três filhos que paga de IMI cinquenta euros será que a Câmara lhe vai ter de dar vinte euros. Senhor Presidente gostaria que me informasse no ano passado quanto é que a Câmara deixou de receber, por motivo de aplicação desta medida. Eu vou aprovar esta medida porque eu acho que estas famílias numerosas contrariamente à

opinião da Deputada Paula Duarte, devem ser beneficiadas. A informação que temos é que a Autoridade Tributária disponibiliza aos Municípios até quinze de Setembro o número de agregados com um, dois e três ou mais filhos, gostaria de saber quantas são as famílias que vão ser beneficiadas com esta medida. Relativamente ao ponto nove votarei favoravelmente, assim como no ponto dez, pois enquanto a situação financeira não melhorar não deve ser aplicada a derrama às empresas." ----------

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. ----------**

"Há questões que colocou que são critérios de justiça material que não vou discutir, Lei é Lei. Quanto à questão da adenda, de fato o processo não é simples, é muito complexo como compreenderá. O concelho é grande, os dados são cruzados entre a Autoridade Tributária e a Câmara Municipal como sabe. O imposto é municipal mas o agente cobrador é a Autoridade Tributária. Em relação à questão quantas pessoas são abrangidas não tenho respostas, esses dados têm de ser solicitados à Autoridade Tributária. Em relação ao ano anterior não sabemos quantos agregados, porque ainda recebemos o imposto referente ao ano anterior."

**Foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte: ----------**

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira –** "A Lei diz que a Autoridade Tributária Aduaneira disponibiliza aos Municípios até quinze de setembro, o número de agregados." ----------

Obteve como resposta do Senhor Presidente da Câmara que a Autoridade Tributária e Aduaneira ainda não disponibilizou os dados.----------

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe –** "O que eu queria dizer é que isto vai beneficiar até três filhos porque se uma pessoa tiver quatro filhos já não beneficiam nada." ----------

**= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz –** "O problema é o princípio, eu acho que devemos aproveitar a Lei para beneficiar os mais

pobres, não estou preocupado com o que é mais rico. É verdade que o mais rico não devia ser beneficiado, uma pessoa que ganha quinze mil euros por mês, não deve ser beneficiada, como o outro que ganha mil euros. Há pouco falava-se em fomentar a natalidade mas para quem ganha seiscentos euros é impossível, por muitos filhos que se possa ter, depois não há condições para o sustento." ----------

---------- **Votação dos pontos** ----------

***Ponto seis – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).*** ----------

**Posta à votação a Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), este foi aprovada por maioria com 6 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD e com 13 votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, José Chambel, Manuel Cardoso, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS, aprovar a fixação da taxa em 0,32%.----------**

**.Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------**

**----------////----------**

***Ponto sete – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados (artigo 112º, nº8 do Código do IMI) devolutos e em ruínas (artigo 112º, nº3 do Código do IMI).*** ----------

**Posta à votação a Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), este foi aprovada por maioria com 3 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz, Nuno**

**Gomes do PPD/PSD, 2 abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e 14 votos a favor do Senhor Deputado Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, José Chambel, Manuel Cardoso, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS, aprovar a aplicação da taxa em 30% aos prédios degradados e a elevação da taxa ao triplo para os edifícios que venham a ser classificados como devolutos. ----------**

**.Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------**

**----------////----------**

***<u>Ponto oito - Proposta de redução de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para as famílias numerosas, de acordo com a nova redação do artigo 112º, nº13, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.</u>*** **----------**

**Posta à votação a redução de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para as famílias numerosas, este foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e com 17 votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, José Chambel, Manuel Cardoso, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS, aprovar uma redução da taxa de IMI para os proprietários com 1, 2 e 3 dependentes e com as taxas de redução de 20€, 40€ e 70€, respetivamente. ----------**

**.Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------**

----------////----------

**Ponto nove - *Fixação da Participação no IRS para o ano de 2017.* -**

**Posta à votação a Fixação da Participação no IRS para o ano de 2017, este foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e com 17 votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, José Chambel, Manuel Cardoso, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS, aprovar a fixação da taxa de IRS em 4,5%, com a consequente devolução de 0,5% ao Munícipe. -**

**.Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------**

----------////----------

**Ponto dez - *Fixação da Derrama para o ano de 2017.* ----------**

**Posta à votação a Fixação da Derrama para o ano de 2017, este foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e com 17 votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, José Chambel, Manuel Cardoso, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS, aprovar a isenção da derrama para as empresas a laborar no concelho. ----------**

**.Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------**

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes

um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: ----------

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

_____

(Rui Monteiro Picciochi)

**O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**

_____

(João Manuel Alves Gralha)

**O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**

_____

(Inocêncio Rodrigues Cruz)

**LISTA DE ANEXOS**

| | |
|---|---|
| **Anexo 1** | Lista de Expediente |
| **Anexo 2** | Intervenção apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo, do Grupo Político CDU, cujo tema é "Os intocáveis" |
| **Anexo 3** | Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara |
| **Anexo 4** | Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU, João Filipe Ricardo e Paula Duarte relativo aos pontos 6,7, 8, 9 e 10 |